Repositório Institucional UNESP

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo deste documento será disponibilizado somente a partir de 31/08/2028.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
CAMPUS DE ARARAQUARA - SP

MATHEUS STANGHERLIN

O TRABALHO DOCENTE NO PROGRAMA DE ENSINO INTEGRAL (PEI) DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO:

avaliação crítica.

ARARAQUARA - SP
2026

MATHEUS STANGHERLIN

O TRABALHO DOCENTE NO PROGRAMA DE ENSINO INTEGRAL (PEI) DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO:

avaliação crítica.

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, para obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

Área de concentração: Educação Escolar.

Orientador: Professor Doutor Vitor Machado.

ARARAQUARA - SP

2026

S785t

Stangherlin, Matheus
O trabalho docente no Programa de Ensino Integral (PEI) da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo : avaliação crítica / Matheus Stangherlin. -- Araraquara, 2026
200 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
Orientador: Vitor Machado

1. trabalho docente. 2. pedagogia histórico-crítica. 3. programa de ensino integral. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A pesquisa tem potencial para produzir reflexão dialética e historicizada sobre o trabalho docente no âmbito do Programa de Ensino Integral – PEI – e possíveis impactos da ação do Estado na área da educação, implementadas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Dentro desse contexto, debater os mecanismos de gerenciamento e controle criados para viabilizar a consolidação do projeto educacional. Além disso, defender uma escola á luz da Pedagogia Histórico-Crítica como contraponto. Vislumbra problematizar a ação docente, o ato educativo e defender a escola como instrumento importante na formação educacional dos indivíduos.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

The research has the potential to produce a dialectical and historicized reflection on teaching work within the context of the Full-Time Education Program (*Programa de Ensino Integral* – PEI) and the possible impacts of State action in the field of education, implemented by the Secretariat of Education of the State of São Paulo. Within this context, it discusses the management and control mechanisms created to enable the consolidation of the educational project. Furthermore, it defends a school centered on the light of Historical-Critical Pedagogy as a counterpoint. It aims to problematize teaching action and the educational act, and to advocate for the school as an important instrument in the individuals' educational formation.

MATHEUS STANGHERLIN

O TRABALHO DOCENTE NO PROGRAMA DE ENSINO INTEGRAL (PEI) DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO:

avaliação crítica.

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara para obtenção do título de Doutor em Educação Escoar
Área de concentração: Educação Escolar.

Data da defesa: 31/08/2026

Banca examinadora

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Vitor Machado
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

---

Membro Titular: Profª Dra. Maria José da Silva Fernandes
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

---

Membro Titular: Prof. Dr. Lourenço Magnoni Junior
Faculdade de Tecnologia de Lins - SP e do Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica da UNESP/Campus de Bauru - SP

Membro Titular: Prof. Dr. Lucas André Teixeira
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Departamento de Educação

---

Membro Titular: Prof. Dr. Wilson Martins Lopes Junior
Professor Associado do Departamento de Geografia e Políticas Públicas – DGP da Universidade Federal Fluminense - UFF de Angra dos Reis, RJ.

AGRADECIMENTOS

O trabalho de pesquisa é uma jornada longa e exaustiva. A maior parte do tempo solitária também. Porém, mesmo que a dedicação, a disciplina para o estudo e a pressão sejam intrínsecos ao pesquisador, nunca se constrói algo assim sozinho, sem afetar ou ser afetado por outras pessoas.

Por isso, é necessário reconhecer o auxílio de todos aqueles e aquelas que participaram de alguma maneira desse processo.

Antes de todos, agradeço ao meu pai, o Professor Luiz Stangherlin Netto, que me ensinou o valor da educação como instrumento de humanização, para além da ideia utilitarista tão presente nas escolas. Para ele, conhecimento sempre foi um patrimônio inalienável e universal. Essa jornada é parte desse caminho.

Agradeço à minha esposa Luciana Dário Putti Stangherlin pelo apoio, pela companhia e paciência ao longo de todos esses anos. É um trabalho intenso e que mexe com nossas emoções. Agradeço também pelo incentivo em não me deixar desistir. Em seu nome, agradeço todos os meus familiares, inclusive por entenderem minha ausência em muitos momentos que tiveram que ser dedicados à pesquisa.

Ao meu orientador, o Professor Doutor Vitor Machado, devo a gratidão pela oportunidade dada, aceitando e acreditando nesse trabalho. O tempo dedicado e a orientação foram fundamentais para construção de todo esse trabalho. Junto a ele, agradeço aos Professores com os quais convivi em reuniões, aulas ou congressos.

Assim, sou grato à Universidade Estadual Paulista (UNESP), em especial à Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLar), que possibilitou meu ingresso e permanência, pela qualidade do curso e pela ajuda ao longo do período, financiando participação em eventos, estimulando publicações, enfim, aprimorando a formação.

Aos meus amigos e amigas, colegas de trabalho e todos aqueles que, direta ou indiretamente estiveram presentes nessa jornada, meu muito obrigado por estarem ao meu lado, dialogando e auxiliando em minhas reflexões. Essa pesquisa tem seu cerne justamente no ambiente de trabalho: a escola. Nesse contexto, fazem parte todos os meus alunos e alunas que, mesmo sem perceberem, fizeram parte desse trabalho, inclusive na prática, quando desenvolvia as aulas e os provocava em discussões existenciais.

Expresso meu agradecimento à Professora Marta Cristina Alexandrino, ex-Diretora da unidade escolar que atuo, em nome de quem agradeço ao conjunto da

escola pelo apoio dado no cumprimento de minhas obrigações acadêmicas ao longo do curso.

Evidente que não conseguiria agradecer todos nominalmente, pois são tantas pessoas que sempre correria o risco de deixar alguém de fora. Portanto, espero que todos aqueles que estiveram presentes, mais intensamente ou mais distante, sintam-se parte dessa trajetória que não se encerrará aqui.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar os impactos das políticas públicas que o Estado impõe na Educação Pública de São Paulo, que culminam com a precarização do trabalho docente, tornando este facilitador desse processo. Dentre essas políticas, analisar a influência das tendências pedagógicas na formação do estudante, tanto a considerada hegemônica e que está difundida na rede pública de ensino do Estado de São Paulo, como aquelas consideradas transformadoras, em especial a Pedagogia Histórico-Crítica. Ela pretende refletir sobre como o avanço das políticas neoliberais das últimas décadas afetou a educação perpetuando o projeto de manutenção do *status quo*, funcionando assim, como instrumento de sedimentação da desigualdade social, tanto no acesso aos bens materiais quanto aos imateriais. Como reflexo dessas políticas apontamos, no Estado de São Paulo, a expansão do Programa de Ensino Integral – PEI (SÃO PAULO, 2012a). Nesse caso, observa-se o aprofundamento da pedagogia das competências, com grande influência de entidades privadas na condução do processo pedagógico, tanto na estrutura organizacional quanto curricular da escola. No bojo desse processo está a questão do conhecimento histórico construído e da possibilidade de se criar um sistema que impulsione as mudanças sociais para romper com as desigualdades naturalizadas pelo capitalismo. Tal naturalização se dá, muitas vezes, travestida de neutralidade no processo educativo. Para chegar ao objetivo aqui proposto, realizou-se pesquisa documental, qualitativa e levantamento empírico com fundamentação teórica que se embasa no pensamento materialista, histórico e dialético. Realizou-se uma pesquisa de campo, empregando técnicas ligadas à história oral, por meio de entrevistas semi-diretivas, com professores e gestores de escolas públicas de um município do interior do Estado de São Paulo. Por meio da pesquisa documental e das entrevistas foi possível discutir três importantes vetores, tais como o relevante papel que a instituição escolar tem na formação humana dos indivíduos; o trabalho docente como aspecto central, desde a construção histórica desse profissional até o ato educativo como algo positivo; a defesa da escola unitária como responsável pela formação integral dos sujeitos, tendo como teoria pedagógica emancipadora a Pedagogia Histórico-Crítica. Assim, para além de reproduzir um sistema opressor, a educação escolar pode ser o caminho da transformação, criando novas necessidades, socializando o conhecimento histórico produzido pela humanidade, traduzido aqui como riqueza ou mesmo meio de produção. Alicerçado na pesquisa bibliográfica e nas entrevistas, pode-se notar que as mudanças ocorridas nos últimos anos avançaram a proletarização e consequente precarização do trabalho docente, retirando garantias e direitos, aplicando sistemas de gestão empresarial, caracterizado como Nova Gestão Pública e, por consequência acentuando a implementação de modelo que não problematiza ou historiciza o conhecimento, dificultando a tese de produção de educação para a emancipação dos sujeitos.

Palavras-chave: trabalho docente; pedagogia histórico-crítica; programa de ensino integral.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the impacts of public policies imposed by the State on Public Education in São Paulo, which culminate in the precariousness of teaching work, making it a facilitator of this process. Among these policies, it analyzes the influence of pedagogical trends on student formation—both the one considered hegemonic and widespread in the public school system of the State of São Paulo, and those considered transformative, especially Historical-Critical Pedagogy. It intends to reflect on how the advancement of neoliberal policies in recent decades has affected education, perpetuating the project of maintaining the status quo and thus serving as an instrument for the consolidation of social inequality, regarding access to both material and immaterial goods. As a reflection of these policies, we point to the expansion of the Full-Time Education Program – PEI (*Programa de Ensino Integral*) in the State of São Paulo (SÃO PAULO, 2012a). In this case, there is a deepening of the pedagogy of competencies, with significant influence from private entities in driving the pedagogical process, both in the organizational and curricular structure of the school. At the core of this process lies the question of historically constructed knowledge and the possibility of creating a system that drives social change to break with the inequalities naturalized by capitalism. Such naturalization often occurs disguised as neutrality in the educational process. To achieve the proposed objective, a documentary, qualitative, and empirical survey was conducted, grounded in a theoretical foundation based on materialist, historical, and dialectical thought. Field research was carried out using techniques linked to oral history through semi-structured interviews with teachers and administrators from public schools in a municipality in the interior of the State of São Paulo. Through documentary research and interviews, it was possible to discuss three important vectors: the relevant role that the school institution plays in human development; teaching work as a central aspect, ranging from the historical construction of this professional to the educational act as a positive element; and the defense of the unitary school as responsible for the comprehensive formation of individuals, using Historical-Critical Pedagogy as an emancipatory pedagogical theory. Thus, beyond reproducing an oppressive system, school education can be the path toward transformation, creating new needs and socializing the historical knowledge produced by humanity, understood here as wealth or even a means of production. Grounded in bibliographical research and interviews, it can be observed that the changes occurred in recent years have advanced the proletarianization and consequent precariousness of teaching work—stripping away guarantees and rights, applying corporate management systems characterized as New Public Management, and consequently accentuating the implementation of a model that neither problematizes nor historicizes knowledge, thereby hindering the production of education directed toward the emancipation of individuals.

Keywords: teaching work; historical-critical pedagogy; full-time education program.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação dos participantes 27
Quadro 2 - Categorias de Professores da rede pública do Estado de São Paulo 99
Quadro 3 - Aulas de Projeto de Vida por: etapa, modalidade e turno 169

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Gênero dos docentes na educação básica 93
Tabela 2 - Média salarial dos docentes da educação básica 95
Tabela 3 - Gênero dos docentes do ensino superior 96
Tabela 4 - Número de professores por tipo de contrato - 2024 100
Tabela 5 - Quadro geral da jornada de trabalho docente 115
Tabela 6 - Jornada de trabalho para ingressantes 116

LISTA DE SIGLAS

APD	Atividade Pedagógica Diversificada
ATPC	Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAAE	Apresentação e Apreciação Ética
CEP	Comitê de Ética
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EFAPE	Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo "Paulo Renato Costa Souza”
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ETI	Escola de Tempo Integral
FATEC	Faculdade de Tecnologia
FCLar	Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
GDPI	Gratificação por Dedicação Plena e Integral
IACM	Índice Agregado de Cumprimento de Metas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MMR	Método de Melhoria de Resultados
NGP	Nova Gestão Pública
OFA	Ocupantes de Função-atividade
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PECSP	Programa Educação – Compromisso de São Paulo
PEI	Programa de Ensino Integral
PHC	Pedagogia Histórico Crítica
QM	Quadro de Magistério
RDPI	Regime de Dedicação Plena e Integral
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SARESP	Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SEDUC	Secretaria de Educação do Estado de São Paulo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13
2 METODOLOGIA 23
2.1 Instrumento de coleta de dados 26
2.2 Participantes 27
2.3 Procedimento de tratamento e análise de dados 28
3 A ESCOLA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR COMO PILAR DA FORMAÇÃO DO SUJEITO 30
3.1 A escola como criadora da necessidade de conhecimento 36
3.2 A necessidade de superação do capitalismo para emancipação dos sujeitos 38
3.3 Construir necessidades mais ricas para a existência humana 44
3.4 A escola como espaço de reprodução e de luta de classes 49
3.5 A questão da marginalidade e as discordâncias sobre o papel da escola .. 55
3.6 A Base Nacional Comum Curricular como produto das políticas neoliberais 59
4 O PROGRAMA DE ENSINO INTEGRAL (PEI) COMO REPRESENTANTE LEGÍTIMA DO PENSAMENTO LIBERAL 68
4.1 O ensino de tempo integral 71
4.2 Impactos da pedagogia das competências e do aprender a aprender 78
5 O TRABALHO DOCENTE E A PRECARIZAÇÃO 84
5.1 A construção histórica do professor 86
5.1.1 A feminização da profissão como possível catalisadora da desvalorização docente 92
5.1.2 A precarização e proletarização docente 97
5.1.3 A subdivisão dos professores em categorias 99
5.2 A insegurança e os mecanismos de controle do trabalho docente 103
5.2.1 A educação como projeto de controle nacional 110
5.2.2 Uma especificidade do trabalho docente: a jornada de trabalho 112
5.2.3 As jornadas de trabalho oficiais da rede pública estadual 114
5.2.4 A jornada docente: para além do trabalho na escola 116
5.2.5 O trabalho docente e a luta de classes na escola 119
6 A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EMANCIPAÇÃO DO SUJEITO 126

6.1 A formação politécnica e omnilateral 133
6.2 A pedagogia histórico-crítica como instrumento de formação e transformação 135
6.3 A Educação Escolar e os conteúdos escolares 138
7 A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES DE SEU TRABALHO E IMPACTOS NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES 144
7.1 Motivações para a docência 144
7.2 Carreira do professor e as discussões sobre as legislações 146
7.3 As alterações legais e possíveis impactos na carreira docente 151
7.4 O currículo e as metodologias que usa em sala de aula: Como são percebidas? 157
7.5 O papel da parte diversificada do currículo 167
7.6 Projeto de Vida 169
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 174
REFERÊNCIAS 179
ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA 189
ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA 191
ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 192
ANEXO D - ROTEIRO DE ENTREVISTAS 195
ANEXO E - PROLETARIZAÇÃO DOS PROFESSORES: CRONOLOGIA DA LEGISLAÇÃO APRESENTADA 197

1 INTRODUÇÃO

Em programas de entretenimento com personalidades é muito comum questionamentos sobre livros que, ao longo de suas vidas os ajudaram a formular suas concepções de mundo, valores ou mesmo seus projetos e objetivos de vida.

Pensando sobre o assunto, busquei na memória quais livros poderiam ter ajudado a formular a minha visão de sociedade, valores e, no caso específico, a compreensão da educação pública. Nesse caso, dois aspectos me remetem ao campo da educação. Considero como pilar essencial para a construção da humanidade e forte reprodutora das relações sociais. Outro aspecto é meu trabalho como docente. Nessa linha de pensamento nos apropriamos da tese de construção social do ser humano, que aprende a ser humano, não nasce pronto. Em “O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem”, Geertz (2008) desenvolve a tese da natureza humana como algo altamente influenciado pelo ambiente e hábitos praticados por determinado grupo social. Marx e Engels (2001) em “A Ideologia Alemã” apresentam o ser humano como resultado da forma como se desenvolve a partir da produção dos meios de subsistência. Dizem eles

> A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são, coincide, pois com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto a maneira como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção. (Marx; Engels, 2001, p. 9).

Para reforçar a tese, o professor Saviani (2013) estabelece a relação direta entre a formação do indivíduo e o ambiente que o cerca. Com exceção das forças biológicas do indivíduo, todo o resto é construído socialmente, a partir das relações de produção da sua subsistência e, claro, das suas relações com a natureza, fonte de sua sobrevivência. Diz Saviani (2013, p. 44), “Mas, não é só o meio puramente natural que condiciona o homem. Também o meio cultural se impõe a ele inevitavelmente”. A educação se insere como um importante instrumento de transmissão do conhecimento acumulado de geração em geração. Essa é uma capacidade que nos diferencia de outras espécies animais.

Sendo assim, a construção dessa tese é resultado de uma vida de estudo e de trabalho docente. Compreendendo esse papel ao longo da história e talvez hoje em dia tenha um entendimento melhor do que isso significa.

Mesmo sem nenhum questionamento, tal qual a entrevista citada acima, refleti sobre o assunto. Obviamente a leitura nos faz construir uma visão de mundo e repensar sobre o nosso modo de vida e de relações sociais. Histórias que lemos sem a ambição da formulação de um pensamento profundo, nos fazem, ainda que inconsequentemente, estabelecermos relações com a vida cotidiana. O desenvolvimento da nossa cognição, maior ou menor, nos dá a dimensão da compreensão que podemos ter sobre o espaço em que construímos nossa vivência.

Esse trabalho tem a intenção de apresentar a educação e o conhecimento como forças produtivas, riqueza a ser socializada. Um instrumento poderoso de superação de contradições sociais e ascensão da classe trabalhadora.

Nesse contexto, algumas obras literárias constroem cenários distópicos, com sociedades altamente controladas a partir da força e da manipulação da verdade, dominando o conhecimento produzido, oferecendo apenas aquilo que interessa para a classe hegemônica manter seu poder. Simplificando as obras, são boas metáforas para exemplificar a importância do conhecimento historicamente produzido pela humanidade para a evolução da própria sociedade.

Dentre elas, a obra Fahrenheit 451, escrita por Bradbury, em 1953, se passa num futuro não muito distante dessa época em que escreve a história, em alguma cidade dos Estados Unidos da América (o autor não define exatamente, Bradbury, 2003). Naquela sociedade entorpecida, os livros são proibidos e os bombeiros são responsáveis por dar fim àqueles que são encontrados. As pessoas que os possuem são tratadas como criminosas e punidas. Os livros são queimados. Contraditoriamente, mas não naquela sociedade distópica, os profissionais que são responsáveis por realizar o trabalho de vigiar e incendiar os livros são os bombeiros, que em nosso contexto, são justamente os profissionais que combatem incêndios. Seria esse o papel do professor? Reproduzir a sociedade sem a consciência é reproduzir o que nos ataca? É muito provável que o autor estivesse retratando de forma lúdica, a prática nazista de queimar de livros em praça pública, demonstrando a afronta que o conhecimento representa aos opressores.

Outra obra muito simbólica, o livro 1984, de Orwell, retrata uma sociedade altamente controlada pelo “Grande Irmão” (2002). Além de entorpecentes que os cidadãos eram estimulados/obrigados a tomar cotidianamente, existiam mais mecanismos de controle. As câmeras que tudo viam, chamadas de “Grande Irmão” (o big brother) estavam presentes em todos os lugares e ninguém escapava de seu

campo de visão. Outro instrumento, e um dos mais intrigantes da história é o Ministério da Verdade, e o departamento de Registro. Nele, o Estado elaborava os comunicados e (re)fazia os registros históricos. Para isso, elaboraram a chamada Novilíngua. Tratava-se de um ministério do governo constituído, responsável por contar a "verdade" a partir daquele momento. A Novilíngua estava substituindo a Antiquilíngua, que era, segundo os controladores do sistema, muito complexa e de difícil compreensão. Uma das estratégias era a simplificação da língua, cada vez mais contraída e com menos palavras necessárias para se conhecer. Era a antítese do pensamento: mais palavra, mais mundo. Era a redução do mundo para as pessoas, possibilitando a criação de uma nova verdade, revisionada. Aliás, a verdade é algo que deve estar em nosso horizonte. Ela existe e precisa ser defendida histórica e dialeticamente.

A coincidência que pode ser estabelecida no contexto dessas obras e que pode ser ilustrativo para esse trabalho, é a utilização do rigoroso controle sobre as possibilidades de acesso ao conhecimento e a construção de verdades que interessam ao poder hegemônico. É interessante perceber como os autores apresentam a dominação de forma superlativa, afinal é uma obra de ficção, tendo como instrumento o conhecimento.

Poderia nos fazer pensar no clássico de Althusser (1983), sobre os aparelhos repressivos e ideológicos de Estado no âmbito do controle e repressão para construção da sociedade tal como interessa à classe hegemônica. Nesse caso, o simbolismo da concentração do conhecimento e não da socialização, como ocorre, inclusive na obra de Bradbury (2003), onde o chefe dos bombeiros conhece os clássicos, mas insinua que aquilo apenas traria perturbação às pessoas. Mais uma vez, o controle social tem como pilar o controle do conhecimento. Talvez a perturbação provocada pelo conhecimento e que assustava a personagem seja justamente aquilo que buscamos: a catarse.

Mas, poderia mencionar uma história real. Primavera Silenciosa, de Carson (2010), que conta o drama da autora, lutando contra um câncer que a levou à morte; doença provocada pelo contato com pesticidas, que ela lutava contra, apresentando alternativas biológicas naturais. Para ela, o uso de intensivos agrícolas, tão danosos à sociedade, desenvolvidos e utilizados em larga escala, justamente para atender a demanda da sociedade capitalista.

Retomando a questão das entrevistas em programas de entretenimento e indo além, essa pesquisa nasce de reflexões, questionamentos e apropriação de conhecimentos de uma vida, mas especialmente da vida no âmbito do trabalho docente. Fruto também da formação como indivíduo.

A elaboração desse trabalho carrega a intencionalidade de apresentar a importância da disputa de visão de mundo que pode ser construída a partir desses aparelhos de Estado. Porém, defendendo tais aparelhos e o próprio Estado no papel oposto das distopias apresentadas como exemplo, podendo ser um caminho para a utopia de uma sociedade igualitária, a começar pela socialização do conhecimento para superação das desigualdades produzidas historicamente pelo modo de produção capitalista.

Em se tratando da vida profissional, no campo da Ciência Geográfica, observava o processo como algo que não atendia aos objetivos propostos dentro do mundo que pensava ser o ideal. Desde o início tinha a sensibilidade de que algo estava em desacordo. Um questionamento fundamental permeava o pensamento: Qual é, de fato, o papel que o Estado, por meio da educação, possui na formação do ser humano e na construção de uma sociedade?

A própria formação pessoal nos apresentava contradições. A educação para poucos, que predominava no Brasil até meados dos anos 1990 ou a universalização, mas sem qualidade que passou a ser majoritária desde então?

Na área das Ciências Humanas, em especial a Geografia, seu papel é oferecer paradigmas que possibilitem compreender de modo mais abrangente as relações sociais e com a natureza. Mas o papel do professor vai além da própria compreensão. Pressupõe desenvolver essa capacidade nas gerações futuras.

Ao longo da minha carreira docente, que se inicia em meados da primeira década do século XXI, pude acompanhar com maior proximidade a implementação de políticas públicas e seus fundamentos ideológicos que sempre permearam a política educacional brasileira com sentido mais acelerado ou menos acelerado com objetivo, ainda que implícito, de proteger as elites nacionais e seus privilégios. Essa pesquisa nasce, portanto, da inquietação acerca dos valores difundidos pela educação que é ofertada pelo Estado para a parcela da população que usufrui dessa política pública que é direito conquistado pela sociedade ao longo da história.

Uma das transformações mais recentes, consideradas nesse trabalho como decisivo para o avanço do neoliberalismo, foi a criação das Escolas de Tempo Integral

(ETI). No Estado de São Paulo, essa modalidade de escola, deu origem ao Programa de Ensino Integral (PEI).

Superando a análise a partir de uma lógica formal e para a lógica dialética, pautada no método e autores que desenvolvem o materialismo histórico-dialético, problematizamos de forma global esse modelo. As hipóteses levantadas estão diretamente vinculadas à transição profissional de uma escola de tempo parcial, também denominadas escolas regulares, para uma escola do PEI. Essa transição já é uma das consequências dessas mudanças, na medida que, sem muitas alternativas, os professores buscavam as supostas vantagens que o programa oferecia.

A lógica dialética nos permite dialogar com a contradição que pode aparecer entre a defesa e a crítica acerca de educação integral ou escola de tempo integral, já que não é evidenciado sobre qual conceito o PEI se pauta.

A partir daí, buscamos compreender o papel efetivo que esse programa tem na formação dos indivíduos e debater acerca do tempo integral e da formação integral dos sujeitos, pois existe diferença fundamental e é necessário que se torne explícito aos interessados, tanto profissionais quanto aos alunos.

Assim, partindo desses questionamentos e defendendo a educação como forma de socializar o conhecimento produzido a fim de possibilitar a formação humana de forma rica e profunda, problematizamos esse modelo.

A visão de educação defendida vai ao encontro da necessidade real de socialização do conhecimento que tem como principal e mais bem organizada estrutura, a escola. Porém, é necessário saber qual tipo de escola será oferecida à sociedade.

Ao encontrar o pensamento do Professor Saviani, para além do estudo de sua formulação pedagógica, me reconheci nessa busca por respostas para ultrapassar a barreira do conformismo de que a sociedade é assim, as coisas são dadas e ponto final. Busca que superasse os modelos pedagógicos hegemônicos e que também desse as respostas aos problemas apontados pelos chamados crítico-reprodutivistas.

A perspectiva que a pesquisa traz, historicizando e abordando dialeticamente, aponta para a emergência na mudança de padrão de desenvolvimento da sociedade contemporânea no sentido mais amplo possível. O que temos como resultado atualmente é, por um lado, um enorme desenvolvimento tecnológico e científico inédito e, por outro, uma enorme concentração de riquezas, o aumento das desigualdades sociais e os terríveis impactos ambientais.

Isso é motivo suficiente para uma reflexão profunda e um basta nessa situação. Para muitos, o atual modelo hegemônico de produção, o capitalismo, em sua versão contemporânea, o neoliberalismo já atingiu seu esgotamento. Dominou as relações em todo o globo terrestre e, na contemporaneidade, está acumulando a partir da destruição, seja ela ambiental motivada pelo consumo dos recursos naturais, com as disputas geopolíticas que resultam em guerras ou mesmo sua versão mais sutil, a obsolescência programada. Não há mais para onde se expandir e a acumulação cada vez mais intensa tem produzido horrores.

O que se defende é que as condições objetivas para a superação do capitalismo em direção de uma sociedade justa e igualitária, expressa pela visão e valores do socialismo e posteriormente comunismo já estão dadas. O que nos cabe, nessa perspectiva de uma educação transformadora, é construir as condições subjetivas. É aqui que se insere o processo educativo, a escola e o trabalho docente. Essa relação intrínseca é uma alternativa que deve ser compreendida como instrumento importante para a emancipação dos oprimidos, ou seja, a classe trabalhadora.

Entretanto, é necessário haver compreensão do modelo de sociedade que se desenvolve e na qual estamos inseridos, considerando aspectos do campo econômico, social ou ambiental, além de reconhecer que não são isolados e são consequências do modelo hegemônico de produção. A construção proposta, de retomada do debate teórico com clareza de visão de mundo transformadora seria alternativa para o enfrentamento e uma saída que possibilite uma convivência mais harmoniosa está na formação coletiva dos indivíduos.

Para essa pesquisa, estabelecemos como objetivo analisar os impactos das ações do Estado voltadas para a Educação Pública do Estado de São Paulo, partindo do pressuposto que afetando o trabalho docente, as demais transformações passam a ser decorrentes, tais como modelo de gestão, representado pela Nova Gestão Pública (NGP), transformações nas relações de trabalho e as influências e a implementação do currículo e da metodologia de ensino. Portanto, daremos centralidade para o desenvolvimento do trabalho docente nesse ambiente, impactado por essas transformações que irão se desdobrar no processo de proletarização com a precarização das condições de trabalho. Ao final desse processo, é esse modelo hegemônico de educação que formará os alunos.

Consideramos que o conjunto das mudanças promovidas pelo Governo do Estado de São Paulo, no âmbito da Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) representadas aqui pelo Programa de Ensino Integral (PEI), se alinham com a expansão do neoliberalismo. Tal fenômeno já avança sobre diversos países, em especial aqueles da periferia do sistema capitalista, há décadas, e na educação também se apresentam. O Programa de Ensino Integral se insere no seio desse movimento a partir da forma como está estruturado e se transformando ao longo dos anos, desde sua inauguração. Apresentamos como hipótese que a proletarização do trabalho docente se torna um vetor importante desse processo, modificando as relações de trabalho e intensificando a aplicação do receituário neoliberal. Dentre as políticas, analisamos a influência das tendências pedagógicas, especialmente aquela que se tornou hegemônica, pautada no aprender a aprender e no desenvolvimento de competências e habilidades, associando aos impactos na formação do estudante.

Por outro lado, apresentamos a teoria pedagógica considerada neste trabalho como uma epistemologia transformadora, a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Partindo do pressuposto que a PHC se posiciona para além de uma metodologia de ensino, vislumbramos apresentar a possibilidade de desenvolver o processo de ensino e aprendizagem que ofereça ao estudante seu desenvolvimento pleno a partir das concepções teóricas que promovam a transformação da práxis social.

Iniciamos apresentando a metodologia que entrelaça a análise de documentos que norteiam o funcionamento das escolas do Programa de Ensino Integral (PEI), modelo de ensino oferecido pela rede pública do Estado de São Paulo, que vem se transformando e expandindo desde 2005. Acompanhar o processo de implantação desse modelo no Estado de São Paulo, pode elucidar os objetivos que a educação pública pode ter.

Tal programa altera profundamente o sistema educacional, desde sua estrutura pedagógica até a legislação que rege os contratos de trabalho do quadro do magistério paulista. Vem acompanhado de alterações estruturais no âmbito do currículo, como a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o ensejo do golpe de Estado que se sacramentou em 2016.

Pode-se observar a acentuação das políticas neoliberais com a aproximação entre a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEDUC) e organizações de caráter privado, além da precarização das condições de trabalho no interior das unidades escolares. O que se vislumbrava no início era que seria uma porta de

entrada para a privatização do ensino público, fato que vem se consolidando à medida que o modelo tem se expandido para além das escolas do PEI.

Esse não é um processo espontâneo. A escola é a estrutura organizacional oficial para esse fim. No âmbito da escola, existem alguns agentes responsáveis para que seu funcionamento se dê efetivamente.

No capítulo três, insere-se a formação educacional escolar. Neste trabalho abordamos alguns aspectos que podem ser relevantes para o conjunto dessa formação: sob a luz da educação escolar, discutida de forma detalhada e crítica, onde buscamos tratar da formação humana dos sujeitos, abordamos aspectos culturais e educacionais. Assim, atribuir a importância que essa instituição possui na formação humana e na reprodução do modo de vida deve estar no horizonte das análises sobre como nos construímos como indivíduos e qual tipo de sociedade desejamos. Defender a escola é uma tarefa importante. A educação escolar exerce enorme impacto na formação dos sujeitos no que tange à sua própria humanização.

A educação integral suscita amplo debate e, em geral, ganha defensores por se tratar de algo sempre muito positivo para a formação dos indivíduos. No capítulo quatro, abordamos aspectos associados ao modelo implementado pelo Estado e o conceito de omnilateralidade, que para nós seria o papel de fato da educação e formação humana.

Partindo desse pressuposto, no capítulo cinco trataremos da importância do trabalho docente na transmissão do conhecimento. Debate-se o papel que o professor deve ter no processo de ensino e aprendizagem, muitas vezes tratando de forma negativa ou autoritária a forma de ensinar. Para aprofundar essa discussão, resgatando a necessidade de estabelecer a relação entre a teoria e a prática, mas fundamentalmente resgatar a importância dos estudos teóricos, faz-se necessário compreender o papel do trabalho docente.

O exercício da profissão docente é um grande desafio e precisa ser colocado em seu devido lugar de importância, que lhe foi tirado com a ascensão dos ideais neoliberais e das pedagogias de caráter hegemônico. Como aponta Tardif e Lessard (2007) o debate teórico está ausente no espaço escolar. O professor é agente fundamental para o processo de ensino e aprendizagem e, exatamente por isso, é uma das partes mais atacadas no avanço neoliberal. Essa é uma das faces embutidas no Programa de Educação Integral (PEI), conduzindo processos de formação

continuada, controle rigoroso por meio de avaliações, retirada de direitos, perda da autonomia das aulas, resultando em piora significativa das condições de trabalho.

Esse processo, que descrevemos como precarização do trabalho docente, é histórico e precisa ser analisado sob essa perspectiva, atravessando polêmicas, tais como a feminização e a ausência ou a frágil compreensão de classe que os professores possuem. É um fenômeno que enfraquece essa categoria de trabalhadores e que culmina com a proletarização, ou seja, controle mais fácil do processo de ensino e aprendizagem por parte das classes hegemônicas e a separação entre o trabalhador e o produto de seu trabalho.

Em complemento à proletarização do trabalho docente, a implantação de currículo e metodologias de ensino de base neoliberais também vem ganhando espaço, com a participação de empresas privadas, extinção de disciplinas que favorecem o pensamento crítico e inclusão de outras, a implementação de pedagogias do aprender a aprender, que transformam a educação em aquisição de habilidades e competências, apresentamos no capítulo seis um modelo de educação que se contrapõe ao modelo hegemônico e busca a superação dos problemas intrínsecos a ele, tal qual a desigualdade social, expressa em diversas dimensões da sociedade. A análise e a perspectiva apresentada serão fundamentadas Pedagogia Histórico Crítica (PHC) e sua base teórica.

Para analisar o funcionamento dessa estrutura que se apresenta como a responsável formal pela educação realizamos entrevistas semi-diretivas com profissionais da educação, nas quais pudemos abordar todos os assuntos descritos, porém essa conversa não se esgota neste trabalho.

Corroborando com a análise das entrevistas, realizamos uma pesquisa documental, presente em todo o texto, conforme explica Silveira e Córdova (2009), entrelaçando trabalho de campo e levantamento bibliográfico e documentos que norteiam as tendências pedagógicas e a organização do sistema educacional da rede pública estadual de São Paulo. Os resultados das entrevistas e a análise crítica baseadas nas discussões teóricas e pesquisa documental encontram-se no capítulo sete. Todo o corpo do trabalho será desenvolvido, fundamentado e analisado pautado no método materialista histórico-dialético, historicizando os processos e apresentado as contradições e disputas ideológicas presentes

Como dissemos, as condições objetivas de esgotamento do modelo estão escancaradas. Basta observar a frequência cada vez maior de desastres naturais que

ocorrem em todos os lugares do mundo; pessoas morrendo de fome, ainda que já consigamos produzir alimentos para toda a humanidade; guerras que são utilizadas para comercializar armas e as indústrias dos países centrais do capitalismo que se ocupam da reconstrução, ou seja, a guerra como uma indústria.

Se o que falta para superação desse modelo são as condições subjetivas, devemos nos voltar para a história e compreender como em outros momentos a superação de sistemas de produção se deram. Além disso, atentar-se para os instrumentos que temos para utilizar. Não que seja o único e nem apresentar como caráter romantizado e messiânico, mas trata-se da educação e o que envolve esse processo, com instrumento de luta contra algo muito poderoso.

Para tanto, se faz necessário debate profundo, pois é envolto em controvérsias. Há uma construção ideológica, que povoa tanto o campo progressista quanto os conservadores, que o ato de ensinar é autoritário. Duarte (1998) discorre sobre esse aspecto, contradizendo e afirmando que ensinar é ato de produzir humanidade e que as concepções negativas sobre esse ato derivam de modelos que defendem a liberdade, mas que de fato atendem a um interesse. Nesse caso, são teorias que sedimentam valores vigentes da sociedade hegemônica. Para poder compreender de fato esse papel e, eventualmente se contrapor, é necessário conhecimento sobre as teorias que povoam o trabalho dos professores na sala de aula.

Apresentar e defender a PHC não é apenas se apropriar de fórmulas para ensinar. Trata-se de desenvolver o processo educativo a partir de uma visão de mundo que tenha como objetivo ultrapassar o modelo de sociedade hegemônico e que produz de um lado acumulação exacerbada nas mãos de poucos e a pobreza para muitos. Não se trata apenas de bens materiais, mas também da apropriação do conhecimento e da formação integral dos indivíduos, em suas dimensões científica, filosófica, artística, buscando afastar a visão utilitarista da educação, desenvolvendo a humanização em seu sentido mais profundo, preenchendo necessidades mais ricas que as necessidades criadas pela sociedade capitalista.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho buscamos problematizar o trabalho docente, os impactos que ele exerce e a importância da educação para a emancipação dos indivíduos. Isso pode ter alguns significados, mas o que defendemos diz respeito ao enriquecimento das necessidades humanas e da superação de valores sociais que produzem acúmulo de riqueza e distribuição de miséria.

Não é um processo simples, pois requer a construção de uma nova consciência que supere essa que vem sendo construída desde o século XVI, mas que ganha seus contornos atuais após a revolução industrial e a ascensão da burguesia como classe hegemônica, superando, naquele momento, o modelo de sociedade feudal estratificado. Por séculos o modo capitalista de produção vem evoluindo e se moldando, de tal forma que aparenta ser uma relação universal e uma verdade absoluta. Mais ainda, em sua etapa atual, o neoliberalismo, se apresenta como a única possibilidade de desenvolvimento da sociedade.

Como apresentamos, fundamentados por pensadores que defendem a superação desse modelo, referenciado nossa análise no método materialista histórico-dialético, isso não é uma tarefa fácil, pois significa ultrapassar a força produtiva mais poderosa da humanidade, capaz de universalizar as relações e produzir elevado nível de desenvolvimento para a humanidade. É verdade que não significa universalização do que foi produzido, mas atinge parcela suficiente e cria a sensação de que em algum momento será universalizado, legitimando-se assim.

Ocorre que as relações estabelecidas a partir dos princípios do capitalismo são destrutivas, tanto do ponto de vista das relações humanas quanto das relações e apropriação dos recursos naturais, produzindo desigualdade e destruição ambiental, o que deveria ser alvo de reflexão, pois coloca em risco a própria existência humana.

Um dos princípios defendidos neste trabalho é que para ultrapassar esse modelo, que já apresenta sinais de esgotamento, é necessário o mesmo movimento que resultou na ascensão da burguesia. Uma revolução que traga para o centro das relações a socialização de toda a riqueza produzida pela humanidade. Que seja voltada para o bem-estar das pessoas e que as mazelas sociais e ambientais sejam profundamente diminuídas. Apontamos que isso só pode ocorrer se aqueles que são oprimidos e explorados revertam a lógica e tornem-se hegemônicos sob princípios humanizadores e socializadores daquilo que já existe e pode ser compartilhado. Mais

diretamente, que a classe trabalhadora, ou seja, o proletariado, se aproprie do conhecimento mais rico e profundo produzido pela humanidade para que, em tese, construa sua emancipação e lute para abolir sua expropriação. Isso é possível e esse processo já ocorreu. A burguesia, enquanto revolucionária, lutou pela universalização da educação, mas quando percebeu que estender isso para todos implicaria em perder parte daquilo que almejava, tratou de controlar esses instrumentos de transmissão de conhecimento.

Articulando esse pensamento, defendemos que a escola, uma instituição que passou a ser predominante e central como espaço de transmissão de conhecimento no advento do capitalismo, seja o espaço que possibilite a revolução que faça emergir um outro modelo de sociedade, mais avançada: o socialismo. E, a partir daí, que se construa o comunismo. Reconhecemos que existem outros espaços de formação e que devem ser considerados, mas devemos reconhecer o papel centralizador das escolas como aparelho estatal legalmente constituído para esse fim.

Nesse caminho, se faz necessário a formação integral dos sujeitos, pois não há possibilidade de acontecer espontaneamente. É preciso valorizar a criação das condições subjetivas para que trabalhadores se reconheçam como tal e percebam que seus interesses são antagônicos aos interesses da classe hegemônica burguesa e que, o socialismo e o comunismo possibilitam a universalização daquilo que foi produzido pela humanidade, ao contrário do capitalismo, que se desenvolve na concentração da riqueza.

Socializar o conhecimento é um dos passos. A escola é um instrumento poderoso de reprodução da sociedade. É necessário realizar a produção que desenvolva valores de socialização e não de concentração. É, portanto, espaço da luta de classes, pois reproduzimos, e precisamos ter a consciência do que reproduzimos.

Colocar no centro dos debates, qual educação está sendo oferecida para a população, em especial aquela que necessita da escola pública. Trouxemos uma análise qualitativa, a partir de uma pesquisa documental que perpassa pelas regulações legais de funcionamento das escolas, apontando consequências que o modelo pedagógico implementado nas escolas públicas do Estado de São Paulo produz e entrevistas com profissionais que atuam em algumas escolas do interior do Estado.

O que pretendíamos demonstrar é a contradição entre o que se difunde como propaganda oficial, de ensino integral a partir do Programa de Ensino Integral (PEI) e o que de fato a educação pública do Estado de São Paulo produz. Um modelo que tem um verniz transformador, mas que de fato continua reproduzindo as relações hegemônicas do capitalismo.

O levantamento da legislação sobre o programa apontou, desde o início de sua expansão pela rede, uma fragilização nas garantias trabalhistas dos profissionais que atuam especificamente nas escolas que aderiram ao PEI.

Argumentamos que essa fragilização se traduz em precarização das condições de trabalho e se torna catalisadora da implantação do projeto que apresenta viés neoliberal. Essa precarização torna os professores vulneráveis do ponto de vista de sua manutenção no trabalho. Poder-se-ia questionar os motivos que levam os professores a se submeterem a tais condições. Três respostas podem ser possíveis.

A primeira diz respeito às condições salariais. Profissionais que aderiram ao Programa recebem uma gratificação pela dedicação exclusiva por quarenta horas semanais. Diante da histórica desvalorização salarial, esse ponto se tornou um grande fator de atração.

A segunda diz respeito à expansão do número de escolas que passaram a fazer parte do programa. Atualmente, mais de quarenta por cento das unidades escolares oferecem ensino em tempo integral. Nesse caso, os professores não têm muita opção de escolha entre uma escola regular de tempo parcial e uma de tempo integral.

A terceira possibilidade está relacionada ao modelo de gestão adotado no programa. Apontamos na pesquisa que o PEI seria um laboratório para a implantação da política neoliberal na educação, atraindo profissionais com uma certa valorização salarial. Em contrapartida, sem que se dessem conta, passam a ser controlados no exercício de seu trabalho e sofrem com a fragilização das garantias trabalhistas.

O processo que se deu ao longo dos anos, desde a criação do programa, foi a expansão desse modelo de organização para as escolas regulares de tempo parcial. Atualmente, novas resoluções introduziram tanto a organização curricular quanto os métodos de avaliação e controle que se iniciaram no PEI para todas as escolas. Avaliando as possibilidades de seguirem o mesmo padrão, os professores acabam permanecendo no programa, já que nas escolas de tempo parcial teriam os mesmos enfrentamentos, porém sem o adicional salarial por dedicação exclusiva.

Posto que as condições ruins de trabalho se generalizaram, a implantação do novo modelo de gestão e das metodologias associadas ao currículo tornaram-se facilitadas, pois há pouca ou nenhuma contestação. Notamos, a *priori*, que não há uma ligação direta entre esses dois fatores destacados, a precarização e a implantação da nova gestão pública, explicitados pelos entrevistados.

O que ficou mais evidente foi a naturalização das mudanças que estão acontecendo, não sendo elas as responsáveis diretas pelo que está ocorrendo no interior das escolas. Os professores introjetaram a necessidade de cumprir as tarefas e atingir as metas estabelecidas e que culminam com índices que compõem classificação para as avaliações que definirão suas vidas funcionais.

Ainda que as entrevistas não tenham deixado explícito, ficou claro o quanto o trabalho dos professores está condicionado aos valores determinados pela SEDUC. Isso corrobora com a falácia da neutralidade da educação. E nesse mesmo sentido, ficou aparente a ausência dessa reflexão, por parte dos entrevistados, acerca das decisões sobre as políticas públicas implementadas.

Notamos também o pouco tempo destinado ao debate sobre fundamentos pedagógicos, sobre currículo enquanto construção política e os impactos desse conjunto na formação dos sujeitos. Também não ficou explícito por parte dos entrevistados quais interesses as mudanças na gestão educacional do Estado buscam e quais serão os resultados disso.

A formação dos estudantes acaba sendo o atingimento de índices, a chegada ao vestibular ou a busca por um emprego. A dimensão de formação integral ou a própria humanização não aparece no horizonte das entrevistas.

Cremos que isso é resultado do sucesso da implantação do modelo neoliberal sem que seja percebido como tal. Ao longo das entrevistas pudemos comparar nossas hipóteses com a realidade vivida pelos professores. Pudemos inferir que algumas coisas que viemos apontando como resultado do processo de implementação das políticas neoliberais de fato ocorrem. Diante do que apresentamos como fundamentação teórica, afirmamos que não produzem a emancipação e a possibilidade de elevação cultural das massas. Se o próprio profissional não reconhece a intencionalidade do modelo pedagógico ao qual está submetido, terá imensa dificuldade em produzir algo diferente disso diante do seu trabalho.

Diante desse contexto, pode-se presumir que de fato a escola não é um instrumento de emancipação, mas de reprodução do modelo hegemônico, sem criticidade.

Por isso, apresentamos a Pedagogia Histórico-Crítica como uma epstemologia que deveria nortear o processo educativo, pois essa vislumbra a possibilidade de apropriação do conhecimento com o objetivo claro de superação do capitalismo, ultrapassar para o socialismo, em direção ao comunismo, mesmo que seja na construção da subjetividade para torcer ao lado oposto e encontrar o equilíbrio.

Por fim, reconhecemos que a pesquisa não se esgota nas entrevistas e nem nas análises, considerando que ainda há muito por aprofundar nessa percepção dos professores em relação ao seu próprio trabalho. Também não é justo e nem o objetivo da pesquisa culpabilizar os profissionais pelos resultados da política pública educacional, mas sim elucidar e apontar caminhos para superarmos tais obstáculos e resgatar a qualidade do trabalho e a essência de uma educação humanizadora e emancipadora apropriando-se da escola como instrumento para esse fim.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. *et al*. **Manifesto**: crítica às reformas neoliberais na educação prólogo do ensino de geografia: prólogo do ensino de geografia. 1. ed. Marília: Lutas Anticapitalista, 2021. v. 1.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

BARBOSA, Andreza; FERNANDES, Maria José da Silva; CUNHA, Renata Cristina Oliveira Barrichelo; AGUIAR, Thiago Borges de. Tempo de trabalho e de ensino: composição da jornada de trabalho dos professores paulistas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, jan. 2021.

BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451**: a temperatura na qual o papel do livro pega fogo e queima. 1. ed. Tradução de Cid Knipel. São Paulo: Globo, 2003.

BRASIL. **BNCC - Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 09 set. 2021.

BRASIL. [(Constituição, 1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituição/. Acesso em: 04 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN). Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 31 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Dispõe sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 20 out. 2026.

BRASIL. **Lei n° 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.611 de 3 de julho de 2023**. Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14611.htm. Acesso em: 20 out. 2026.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins.

1. ed. São Paulo: Gaia, 2010.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 247-270, dez. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/LYGC8CQ8G66G6vrdJkcBjwL/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 18 mar. 2026.

DUARTE, Newton. “Um montão de amontoado de muita coisa escrita”. Sobre o alvo oculto dos ataques obscurantistas ao currículo escolar. *In*: MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide da Silveira Duarte; ORSO, Paulino José. (org.). **A pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a base nacional comum curricular**. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2020. p. 31-46. (Coleção Educação Contemporânea).

DUARTE, Newton. A pedagogia histórico-crítica e a formação da individualidade para si. **Germinal**: Marxismo e educação em debate, Salvador, v. 5, n. 2, p. 59-72. dez. 2013. Disponível em: http://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9699. Acesso em: 20 jul. 2025.

DUARTE, Newton. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.18, p. 35-40, dez. 2001b. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782001000300004. Acesso em: 30 ago. 2025.

DUARTE, Newton. Concepções afirmativas e negativas sobre o ato de ensinar. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 19, n. 44, p. 85-106, 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/tszLqmNTD9jH6PWR9gVgynN/abstract/?lang=pt. Acesso em: 20 jul. 2025.

DUARTE, Newton. **Conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos**: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo. Campinas: Autores associados. 2016.

DUARTE, Newton. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. *In*: MARTINS, Lígia Márcia; DUARTE, Newton (org.). **Formação de professores**: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 33-49. (Coleção PROPG Digital – UNESP). Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/109149. Acesso em: 03 maio 2025.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o "aprender a aprender"**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001a.

DUARTE, Newton; SANTOS, Silvia Alves dos; DUARTE, Elaine Cristina Melo. O obscurantismo bolsonarista, o neoliberalismo e o produtivismo acadêmico. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, SP, v. 14, p. 1-18, jan./dez. 2020. Disponível em: https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4542. Acesso em: 20 jul. 2025.

ENGUITA, Mariano Fernández. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 41-61, 1991.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2022**.**

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2008.

GIROTTO, Eduardo Donizeti; JACOMINI, Maria Aparecida. Entre o discurso da excelência e a lógica do controle: os riscos do Programa Ensino Integral na rede estadual de São Paulo. **Revista Ciência & Educação,** Americana, ano 21, n. 45, p. 87-113, jul./dez. 2019 Disponível em: https://www.gepud.com.br/pdf/Entre%20o%20discurso%20da%20excel%C3%AAncia%20e%20a%20l%C3%B3gica%20do%20controle.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Resiliência emocional**: ideias para o desenvolvimento de competências socioemocionais. São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 2020. Disponível em: https://institutoayrtonsenna.org.br/content/dam/institutoayrtonsenna/documentos/instituto-ayrton-senna-macrocompetencia-resiliencia-emocional.pdf?utm_source=site&utm_medium=hub-1507. Acesso em: 09 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil**: Dados referentes ao ano de 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2024a. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio. Acesso em: 10 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil**: indicadores: microdados do censo 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2024b. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/indicadores.html.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasi**l: panorama: microdados do censo 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2024c. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico**: cidades e Estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/barra-bonita.html. Acesso em: 01 set. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Consulta matrícula**. Brasília, DF: INEP, 2021. Disponível em: https://anonymousdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard. Acesso em: 20 jul. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Remuneração média dos docentes**. Brasília, DF: INEP, 2023

Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/remuneracao-media-dos-docentes. Acesso em: 20 jul. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO Teixeira (Inep). **Paineis estatísticos***:* o censo escolar. Brasília, DF: INEP, 2025. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Acesso em: 20 jul. 2025.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LAVOURA, Tiago Nicola; RAMOS, Marise Nogueira. A dialética como fundamento didático da pedagogia histórico-crítica em contraposição ao pragmatismo das pedagogias hegemônicas. *In*: MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide da Silveira Duarte; ORSO, Paulino José. (org.). **A pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a base nacional comum curricular**. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2020. p. 47-60. (Coleção Educação Contemporânea).

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. Escola de tempo integral em questão: lugar de acolhimento social ou de ensino-aprendizagem? *In*: BARRA, Valdeniza Maria Lopes da (org.). **Educação**: ensino, espaço e tempo na escola de tempo integral. 1. ed. Goiânia: Cegraf, 2014. p. 257-308.

MANACORDA, Mário Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Tradução Newton Ramos de Oliveira. 3. ed. Campinas: Alínea, 2022.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosófico**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

MÉZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NÓVOA, Antônio. Para o estudo sócio-histórico da gênese da profissão docente. **Teoria & Educação**, [*S. l.*], v. 4, p. 109-139, 1991.

ORWELL, George. **1984**. Tradução de Wilson Velloso. 28. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Tradução Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999**.**

PIAGET, Jean. **A construção do real na criança**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da escola do trabalho**. Tradução de Daniel Aarão Reis Filho. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO, Darcy. A crise da educação no Brasil. *In*: ENCONTRO DOS BISPOS DO BRASIL, 2., 1982, Itaici. **Anais [...]**. Itaici: CNBB, 1982.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 57.571, de 2 dezembro de 2011**. Institui, junto à Secretaria da Educação, o Programa Educação - Compromisso de S. Paulo e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2011. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/norma/164346. Acesso em: 20 out. 2026.

SÃO PAULO (Estado). **Diretrizes do Programa de Ensino Integra**l. São Paulo: [*s. n*.], 2014. Disponível em: http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/342.pdf. Acesso em: 05 set. 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Lei complementar nº 444, de 27 de dezembro de 1985**. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Paulista e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa, 1985. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1985/lei.complementar-444-27.12.1985.html. Acesso em: 20 jun. 2025.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 500, de 13 de novembro de 1974**. Institui o regime jurídico dos servidores admitidos em caráter temporário e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa, 1974. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1974/lei-500-13.11.1974.html. Acesso em: 20 jun. 2025.

SÃO PAULO (Estado). **Lei complementar nº 836, de 30 de dezembro de 1997.** Institui Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação e dá outras providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa, 1997. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1997/lei.complementar-836-30.12.1997.html. Acesso em: 30 jul. 2025.

SÃO PAULO (Estado). **Lei complementar nº 1.010, de 01 de junho de 2007**. Dispõe sobre a criação da SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV, entidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - RPPS e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo - RPPM. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2007. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2007/lei.complement

ar-1010-01.06.2007.html. Acesso em: 20 jul. 2025.

SÃO PAULO (Estado). **Lei complementar n° 1.093, de 16 de julho de 2009**. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual e dá outras providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2009. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2009/lei.complementar-1093-16.07.2009.html. Acesso em: 20 jul. 2025.

SÃO PAULO (Estado). **Lei complementar nº 1.164, de 04 de janeiro de 2012a**. Institui o Regime de dedicação plena e integral - RDPI e a Gratificação de dedicação plena e integral - GDPI aos integrantes do quadro do Magistério em exercício nas escolas estaduais de ensino médio de período integral, e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2012a. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2012/lei.complementar-1164-04.01.2012.html. Acesso em: 20 ago. 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Lei complementar nº 1.191, de 28 de dezembro de 2012b.** Dispõe sobre o Programa Ensino Integral em escolas públicas estaduais e altera a Lei Complementar n.1.164, de 2012, que instituiu o Regime de dedicação plena e integral - RDPI e a Gratificação de dedicação plena e integral - GDPI aos integrantes do Quadro do Magistério em exercício nas escolas estaduais de ensino médio de período integral, e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2012b. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei. complementar/2012/lei.complementar-1191-28.12.2012.html. Acesso em: 20 ago. 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Lei complementar nº 1.207, de 05 de julho de 2013**. Dispõe sobre os Concursos públicos regionalizados para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2013. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/ legislacao/ lei.complementar/2013/lei.complementar-1207-05.07.2013.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20os%20Concursos%20p%C3%BAblicos,Educa%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20provid%C3%AAncias%20correlatas. Acesso em: 30 jul. 2025.

SÃO PAULO (Estado). **Lei complementar nº 1.374, de 30 de março de 2022**. Institui Planos de Carreira e Remuneração para os Professores de Ensino Fundamental e Médio, para os Diretores Escolares e para os Supervisores Educacionais da Secretaria da Educação, altera a Lei n° 10.261, de 28/10/1968 e n° 500, de 13/11/1974, as Leis Complementares n° 444, de 27/12/1985, n° 506, de 27/01/1987, n° 669, de 20/12/1991, n° 679, de 22/07/1992, n° 687, de 07/10/1992, n° 836, de 30/12/1997, n° 1.018, de 15/10/2007, n° 1.041, de 14/04/2008, n° 1.144, de 11/07/2011 e n° 1.256, de 6/01/2015, revoga as Leis Complementares n° 744, de 28/12/1993, n° 1.164 de 04/01/2012, e n° 1.191 de 28/12/2012, e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2022a. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2022/lei.complementar-1374-30.03.2022.html. Acesso em: 20 ago. 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 10.261, de outubro de 1968**. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado. São Paulo: Assembleia Legislativa,

1968. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1968/lei-10261-28.10.1968.html. Acesso em: 20 jun. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação (SE). **Resolução SE 76, de 3-1-2020**. Altera a Resolução SE 72, de 16-12-2019, que dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino. São Paulo: SE, 2020. Disponível em: https://midiasstoragesec.blob.core. windows.net/001/2020/01/deitrresoluo-se-76-de-3-1-2020-carga-horria-dos-docentes.pdf. Acesso em: 05 set. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação (SEDUC). **Currículo paulista**. São Paulo: Secretaria da Educação, 2019.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação (SEDUC). **Diretrizes curriculares: Projeto de Vida**. São Paulo: SEDUC-SP, 2020. 25 p. Disponível em: https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/download/Projeto%20de%20Vida/Diretrizes%20Curriculares%20Projeto%20de%20Vida%20Revisa%CC%83o_V1.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação (SEDUC). Resolução SEDUC nº 45, de 14 de junho de 2024a. Dispõe sobre as regras de inscrição e classificação para o processo anual de atribuição de classes e aulas ao docente efetivo e ao não efetivo do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Seção Atos Normativos, São Paulo, 17 jun. 2024a. Disponível em: https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2024/06/66748cbbbc52e-66748cbbbc52fresoluo-seduc-n-45-de-14-de-junho-de-2024-dercatanduva-pdf.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação (SEDUC). Resolução SEDUC nº 61, de 12 de setembro de 2024b. Dispõe sobre as atribuições dos integrantes do quadro do magistério – QM em atuação no Programa Ensino Integral – PEI e sua avaliação de desempenho. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Seção Atos Normativos, São Paulo, 13 set. 2024b. Disponível em: https://deguaratingueta.educacao.sp.gov.br/resolucao-seduc-61-de-12-de-setembro-de-2024-dispoe-sobre-as-atribuicoes-dos-integrantes-do-quadro-do-magisterio-qm-em-atuacao-no-programa-ensino-integral-pei-e-sua-avaliacao-de-desem/. Acesso em: 20 jul. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação (SEDUC). Resolução SEDUC nº 63, de 12 de setembro de 2024c. Altera a Resolução SEDUC nº 45 de 14 de junho de 2024, que dispõe sobre as regras de inscrição e classificação para o processo anual de atribuição de classes e aulas ao docente efetivo e ao não efetivo do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Seção Atos Normativos, São Paulo, 13 set. 2024c. Disponível em: https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2024/09/66f1cafc56825-66f1cafc56826resoluo-seduc-63-de-12-de-setembro-de-2024-dercat-23-09-2024-pdf.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação (SEDUC). Resolução SEDUC nº 66, de 11 de abril de 2025a. Dispõe sobre a apuração do Índice Agregado de Cumprimento de Metas- IACM da Bonificação por Resultados – BR do exercício de 2024. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Seção Atos Normativos, São Paulo, 11 abr. 2025a. Disponível em:

https://deguaratingueta.educacao.sp.gov.br/resolucao-seduc-no-66-de-11-abril-de-2025-dispoe-sobre-a-apuracao-do-indice-agregado-de-cumprimento-de-metas-iacm-da-bonificacao-por-resultados-br-do-exercicio-de-2024/. Acesso em: 20 jul. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação (SEDUC). Resolução SEDUC nº 83, de 19 de maio de 2025b. Dispõe sobre a Avaliação de Desempenho dos Integrantes do Quadro de Magistério – QM das Escolas de Tempo Parcial e das Escolas de Ensino Integral, revoga dispositivos da Resolução SEDUC nº 61/2024 e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Seção Atos Normativos, São Paulo, 2025b. Disponível em: https://deguaratingueta.educacao.sp.gov.br/resolucao-seduc-no-83-de-19-de-maio-de-2025-dispoe-sobre-a-avaliacao-de-desempenho-dos-integrantes-do-quadro-de-magisterio-qm-das-escolas-de-tempo-parcial-e-das-escolas-de-ensino-integral-revoga/. Acesso em 30 ago. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação (SEDUC). **Resolução SEDUC nº 85, de 07 de novembro de 2022**. Dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério, e dá providências correlatas. São Paulo: SEDUC. 2022b. Disponível em: https://sedsee.blob.core.windows.net/ficha/Anexo/legislacao08112022104811Resolu%C3%A7%C3%A3o%20SEDUC%20n%C2%BA%2085,%20de%2007-11-2022.pdf?Time=12:51. Acesso em: 05 set. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação (SEDUC). Resolução nº 156, de 28 de novembro de 2025. Estabelece as diretrizes para atribuição dos componentes curriculares do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Seção Atos Normativos, São Paulo, 1 dez. 2025c. Disponível em: https://www.doe.sp.gov.br/executivo/secretaria-da-educacao/resolucao-seduc-n-156-de-28-de-novembro-de-2025-20251129112312201498325. Acesso em: 10 abr. 2026.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação (SEDUC). Resolução nº 159, de 28 de novembro de 2025. Estabelece as diretrizes para a organização curricular dos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Seção Atos Normativos, São Paulo, 1 dez. 2025d. Disponível em: https://deguaratingueta.educacao.sp.gov.br/resolucao-seduc-no-159-de-28-de-novembro-de-2025-estabelece-as-diretrizes-para-a-organizacao-curricular-dos-anos-iniciais-e-anos-finais-do-ensino-fundamental-da-rede-estadual-de-ensino-de-sao-paulo/. Acesso em: 10 abr. 2026.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE). **Resolução SE nº 89, de 09 de dezembro de 2005**. Dispõe sobre o Projeto Escola de Tempo Integral. São Paulo: SEE, 2005. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/89_05.HTM?Time=02/05/2016%2022:00:32. Acesso em: 05 set. 2023.

SAVIANI, Demerval. Debate sobre educação, formação humana e ontologia a partir da questão do método. *In*: SAVIANI, Demerval; DUARTE, Newton (org.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2015a. p. 121-147. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

SAVIANI, Demerval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. *In*: MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide da Silveira Duarte; ORSO, Paulino José. (org.). **A pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a base nacional comum curricular**. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2020. p. 07-30. (Coleção Educação Contemporânea).

SAVIANI, Demerval. Marxismo, educação e pedagogia. *In*: SAVIANI, Demerval; DUARTE, Newton (org.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2015b. p. 59-81. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia histórico-crítica. **Revista Binacional Brasil-Argentina**: diálogo entre as ciências, Vitória da Conquista, v. 3, n. 2, p. 11-36, 2014. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/1405. Acesso em: 20 jul. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 19. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 44. ed. Campinas: Autores Associados, 2021b.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton (org.) **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados. 2015. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A Formação humana na perspectiva histórico-ontológica. *In*: SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. **Conhecimento escolar e a luta de classes**: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

SAYERS, Sean. **Marx and alienation**: essays on hegelian themes. New York, Palgrave Macmillan, 2011. Disponível em: https://seansayers.com/wp-content/uploads/2018/07/Sayers-Marx_and_Alienation__Essays_on_ Hegelian_Themes.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

SAYERS, Sean. **Marxism and human nature**. London, Routledge, 1998. Disponível em: https://seansayers.com/wp-content/uploads/2018/07/Sayers-Marxism_and_Human_Nature.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

SILVA, Abel José da; RAMOS, Géssica Priscila. O docente no modelo de avaliação 360º do programa ensino integral paulista: de herói a vilão. **Cadernos da Pedagogia**, São Carlos, v. 14, n. 28, p. 210-224, maio/ago. 2020. Disponível em: https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1294. Acesso em: 20 jul. 2025.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

TARDIF. Maurice; LESSARD, Claude. Os trabalhos e os dias. *In*: TARDIF. Maurice.; LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. São Paulo: Vozes, 2007.

TENENTE, Luiza. Sem aumentos ou plano de carreira, professores temporários são maioria nos estados pelo 3º ano seguido, diz Censo 2024. *G1*, São Paulo, 9 abr. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/educacao/noticia/2025/04/ 09/sem-aumentos-ou-plano-de-carreira-professores-temporarios-sao-maioria-nos-estados-pelo-3o-ano-seguido-diz-censo-2024.ghtml. Acesso em:

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. Tradução de Mônica Corullon. *In*: TOMMASi, Lívia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, PUC, 1996. p. 125-193.

YOUNG, Michael. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 16, n. 48, p. 609 -623, set./dez. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/WRv76FZpdGXpkVYMNm5Bych/. Acesso em: 20 jul. 2025.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/GshnGtmcY9NPBfsPR5HbfjG. Acesso em: 20 jul. 2025.